



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Agosto/2026

Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ/CE
Concurso Público para o Provimento de Vagas de
Auditor-Fiscal da Fazenda Estadual 1ª Classe
Área de Conhecimento – Gestão Fazendária

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'A01', Tipo 004

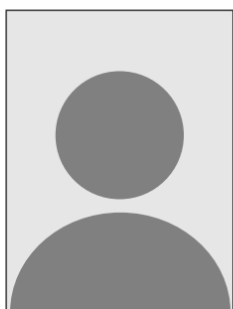
Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-004

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS



INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Galileo di Vincenzo Bonauti de Galilei, conhecido como Galileu Galilei, foi um astrônomo, físico e engenheiro florentino.

- Verifique se este caderno contém 80 questões numeradas de 1 a 80.
Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Tributário**

1. De acordo com a Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018,
- I. a ação fiscal relativa ao Simples Nacional poderá ser realizada por estabelecimento, mas, para fins de apuração do crédito tributário, deverão ser consideradas as receitas de todos os estabelecimentos da ME ou da EPP, devendo o AINF ser lavrado sempre com o CNPJ da matriz.
 - II. no caso de descumprimento de obrigações acessórias, a competência para autuação por descumprimento dessas obrigações é privativa da administração tributária perante a qual a obrigação deveria ter sido cumprida, devendo ser utilizados os documentos de autuação e lançamento fiscal específicos de cada ente federado.
 - III. a receita decorrente das autuações por descumprimento de obrigação acessória será destinada ao ente federado responsável pela autuação, nos termos da referida Resolução, caso em que deverá ser utilizado o documento de arrecadação específico do referido ente que promover a autuação e lançamento fiscal, sujeitando-se o pagamento às normas previstas em sua respectiva legislação.
 - IV. verificada infração à legislação tributária por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, deverá ser lavrado Auto de Infração e Notificação Fiscal (AINF), que é o documento único de autuação, a ser utilizado por todos os entes federados, nos casos de inadimplemento da obrigação principal previstos na legislação do Simples Nacional.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

2. Em fevereiro de 2026, Tarquínio fez testamento, instituindo fideicomisso no montante de 15% da parte disponível de sua herança em favor da prole eventual de Jacira, e, na mesma data, outro fideicomisso, no montante de 20% da parte disponível de sua herança, em favor da prole eventual de José, irmão de Jacira.

Relativamente à prole eventual de Jacira, ele instituiu Francisco como fiduciário e determinou que a substituição fideicomissária ocorrerá em favor do primeiro filho ou filha de Jacira, somente se a criança completar 1 ano de vida, antes de 1º de janeiro de 2028.

Relativamente à prole eventual de José, ele instituiu Donizete como fiduciário e determinou que a substituição fideicomissária ocorrerá em favor do primeiro filho ou filha de José, somente se a criança completar 2 anos de vida, antes de 1º de janeiro de 2029.

Em maio de 2026, Tarquínio faleceu.

Caso a primeira filha de Jacira, que deverá se chamar Débora, nasça em 2027, e o primeiro filho de José, que deverá se chamar Henrique, nasça em 2030, e admitindo-se, para fins de raciocínio e de resolução do exercício, que os dispositivos da Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026, sejam, naquelas datas, os mesmos que se encontram vigentes na data do óbito de Tarquínio, o ITCD (ou ITCMD) incidirá na

- (A) transmissão da herança para Francisco; não incidirá, porém, na substituição fideicomissária de Francisco para Débora.
- (B) substituição fideicomissária de Donizete para Henrique, mas não incidirá na substituição fideicomissária de Francisco para Débora.
- (C) transmissão dos bens para Francisco e, posteriormente, na transmissão dos bens para Débora.
- (D) transmissão dos bens para Donizete e, posteriormente, na transmissão dos bens para Henrique.
- (E) substituição fideicomissária de Francisco para Débora, mas não incidirá na substituição fideicomissária de Donizete para Henrique.

3. Os prazos são elementos essenciais para a aplicação do Direito Tributário. Um dos aspectos mais relevantes em relação a prazos diz respeito à forma de contá-los.

Nesse sentido, o Código Tributário Nacional – CTN estabelece que, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o de vencimento, os prazos previstos

- (A) na legislação tributária serão contínuos, mas os prazos previstos no CTN poderão não o ser.
- (B) no próprio CTN ou na legislação tributária contam-se em dias úteis, salvo disposição de lei em contrário.
- (C) no próprio CTN ou na legislação tributária serão contínuos.
- (D) no próprio CTN ou na legislação tributária, salvo disposição de lei em contrário, serão contínuos.
- (E) no próprio CTN serão contínuos, mas os prazos previstos na legislação tributária poderão não o ser.



4. Hideo, brasileiro, foi domiciliado em Cuiabá/MT, até a data em que decidiu mudar-se para o Japão, onde se encontra domiciliado há já 20 anos. Ele é proprietário de uma chácara no Estado do Paraná, de uma casa na cidade de Takayama/Japão, e de um apartamento na cidade de Hiroshima/Japão. Hideo está pensando em doar, neste mês, a chácara para seu filho Mário, nascido no Pará e domiciliado há oito anos em Naha (Okinawa)/Japão. Hideo está pensando, também, em doar, no início do próximo mês, a casa para sua filha Elisa, nascida e domiciliada em São Paulo/SP, e em doar o apartamento para sua filha Dirce, nascida em Campo Grande/MS e atualmente domiciliada em Seul/Coreia.

Tendo em vista as normas de ITCD (ITCMD) constantes da Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026, bem como as informações acima prestadas,

- (A) o Estado de Mato Grosso do Sul será competente para instituir o ITCD sobre a doação do apartamento para a filha Dirce.
- (B) o Estado de Mato Grosso será competente para instituir o ITCD sobre a doação dos três imóveis.
- (C) nenhum Estado brasileiro será competente para instituir o ITCD sobre a doação de bens imóveis localizados no exterior.
- (D) nenhum Estado brasileiro será competente para instituir o ITCD sobre a doação da chácara, pois tanto o doador, como o donatário, estão domiciliados no exterior.
- (E) o Estado de São Paulo será competente para instituir o ITCD sobre a doação da casa para a filha Elisa.

5. De acordo com a Constituição Federal, 25% do produto da arrecadação do imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios – IBS, distribuída aos Estados, pertencem aos Municípios, sendo que as parcelas de receita pertencentes aos Municípios serão creditadas utilizando, dentre outros, o critério de

- (A) 5% com base em indicadores de preservação ambiental, de acordo com o que dispuser lei estadual.
- (B) 10% em montantes iguais para todos os Municípios do Estado.
- (C) 80% na proporção da área do Município, descontadas as áreas alagadas e aquelas em que se situam bens de propriedade da União.
- (D) 15% na proporção de frequência às aulas, no ensino básico e médio.
- (E) 20% na proporção da participação do Município no PIB do Estado de sua localização, descontada a parcela referente a bens e serviços destinados ao exterior.

6. Determinada pessoa jurídica de direito público interno publicou, em 1º de julho de 2024, três leis de natureza tributária, com as seguintes características:

- 1. A Lei nº 001 aumentou a alíquota do imposto em 1%, e teve o início de sua vigência fixado para 1º de julho de 2025.
- 2. A Lei nº 002 aumentou a base de cálculo do imposto em 10%, mediante a inclusão de determinadas rubricas nessa base, mas reduziu a alíquota desse mesmo imposto, de 5% para 4%, para os mesmos fatos e situações.
- 3. A Lei nº 003 aumentou sensivelmente o número de obrigações acessórias a serem cumpridas pelo contribuinte.

Tendo em vista as informações fornecidas acima e as normas da Constituição Federal acerca das limitações do poder de tributar, verifica-se que

- (A) o imposto referido no item 2 somente poderá ser exigido com as alterações promovidas pela Lei nº 002, relativamente a fatos geradores ocorridos após 1º de janeiro de 2025.
- (B) o imposto referido no item 2 poderá ser exigido com as alterações promovidas pela Lei nº 002, relativamente a fatos geradores ocorridos a partir da data da publicação dessa Lei.
- (C) o cumprimento das novas obrigações acessórias, criadas pela Lei nº 003, só poderá ser exigido depois de decorridos 90 dias da data em que tiver sido publicada a referida Lei.
- (D) o imposto referido no item 1 poderá ser exigido, com majoração promovida pela Lei nº 001, relativamente a fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2025.
- (E) o cumprimento das novas obrigações acessórias, criadas pela Lei nº 003 só poderá ser exigido a partir de 1º de janeiro de 2025.

7. Determinada Autoridade Fiscal estadual, no exercício de suas funções, foi vítima de embaraço causado por contribuinte. O referido embaraço, embora não configurasse fato definido em lei como crime ou contravenção, impediu que a referida Autoridade Fiscal efetivasse medida de fiscalização prevista na legislação tributária (apreensão de mercadorias), da qual essa autoridade estava incumbida.

Diante dessa situação e de acordo com as regras do Código Tributário Nacional, a referida Autoridade Fiscal

- (A) só poderá requisitar o auxílio da Guarda Civil Municipal local, porque o embaraço não configurou crime, nem contravenção.
- (B) poderá requisitar o auxílio de força policial estadual, apenas, e desde que o embaraço configure crime ou contravenção.
- (C) não poderá requisitar o auxílio de força policial, porque o embaraço não configurou crime, nem contravenção.
- (D) poderá requisitar o auxílio de força policial federal, estadual ou municipal, independentemente de o embaraço configurar crime ou contravenção.
- (E) poderá requisitar o auxílio de força policial estadual, apenas, mesmo que o embaraço não configure crime ou contravenção.



8. O Código Tributário Nacional estabelece várias regras acerca da competência tributária.

De acordo com esse Código,

- (A) o não exercício da competência tributária do Estado em relação ao imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios – IBS autoriza que a União, excepcionalmente, exerça essa competência.
- (B) a atribuição da função de fiscalizar pode ser revogada por meio de convênio entre as pessoas jurídicas de direito público envolvidas na atribuição, obedecido o prazo de carência mínimo de 180 dias, ou outro fixado em convênio, quando superior.
- (C) a atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, competência legislativa essa que não se transferirá, mesmo nos casos de tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público.
- (D) a competência tributária e as funções de arrecadar e de fiscalizar tributos, inerentes a essa competência, são indelegáveis.
- (E) é vedado às pessoas jurídicas de direito público atribuir a quem quer que seja a função de fiscalizar tributos, mas é permitido atribuir a outra pessoa a função de arrecadar tributos.

9. A Constituição Federal estabelece que tanto o imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios – IBS como a contribuição sobre bens e serviços – CBS observarão as mesmas regras em relação

- I. às imunidades, exceto nos casos de exportação de mercadorias e serviços para o exterior.
- II. aos fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e sujeitos passivos.
- III. aos regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação.
- IV. à forma de aplicação, para as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei, da isenção da contribuição para a seguridade social.
- V. às regras de não cumulatividade e de creditamento, exceto em relação aos casos de remessa de mercadorias para depósito fechado ou armazém geral localizados em unidade federada diversa daquela do depositante.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I e V.
- (B) II e III.
- (C) I, III e V.
- (D) III e IV.
- (E) I e IV.

10. Os Estados e o Distrito Federal se reuniram para celebrar convênio, a fim de deliberar sobre hipóteses de suspensão do ICMS incidente nas operações com hidrocarbonetos líquidos derivados de petróleo não combustíveis ou de gás natural, inclusive nafta, nos casos em que essas mercadorias são utilizadas como insumo pela indústria petroquímica, obedecendo a critérios e condições estabelecidos em convênio, e são adquiridas por centrais petroquímicas devidamente autorizadas pela ANP.

Submetida a proposta à votação no CONFAZ, foi apurado o seguinte resultado:

Regiões	Votos favoráveis à Celebração do convênio	Votos contrários à Celebração do convênio
Norte (07 estados)	01	06
Nordeste (09 Estados)	08	01
Centro-Oeste (03 Estados + DF)	04	00
Sudeste (04 Estados)	03	01
Sul (03 Estados)	02	01
SUBTOTAL	18	09
27		

De acordo com a Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022,

- (A) caso três Estados da Região Norte tivessem votado favoravelmente à aprovação, o convênio teria sido aprovado.
- (B) o referido convênio não foi aprovado, porque computou-se, indevidamente, o voto do Distrito Federal, que, no caso, é impedido de votar.
- (C) o referido convênio não foi aprovado, porque não houve unanimidade na aprovação por parte de todos os Estados presentes.
- (D) caso mais um Estado da Região Nordeste tivesse votado favoravelmente à aprovação, o convênio teria sido aprovado.
- (E) o referido convênio foi aprovado.



11. A Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, estabelece, no § 2º de seu art. 1º, que, *ressalvadas as exceções expressas na lista anexa à referida Lei Complementar, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias*. A referida Lista de Serviços contempla várias hipóteses em que a incidência do ISS ocorrerá na prestação de serviços em que o material for fornecido pelo tomador do serviço/usuário final, pois, caso contrário, o valor da prestação de serviços poderá integrar a base de cálculo do ICMS incidente sobre a saída da mercadoria que recebeu a referida prestação de serviços.

Tendo em vista as considerações acima e o disposto na Lei Complementar nº 116/03, haverá incidência apenas do ISS, não ficando sujeita ao ICMS, mesmo quando o material for fornecido pelo prestador do serviço, a prestação de serviço de

- (A) alfaiataria e costura.
- (B) colocação e instalação de assoalhos, revestimentos de parede e placas de gesso.
- (C) obras de arte sob encomenda.
- (D) serviços de ourivesaria e lapidação.
- (E) instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final.

12. A Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, *dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências*. De acordo com essa Lei Complementar,

- I. a troca de informações entre instituições financeiras, exclusivamente para fins cadastrais, não constitui violação do dever de sigilo, quando feita com observância das disciplinas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – AMBIMA.
- II. somente quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso, as autoridades e os agentes fiscais tributários dos Estados poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, e desde que tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente.
- III. embora as empresas de fomento comercial ou *factoring* não sejam instituições financeiras, elas devem obedecer às normas aplicáveis às instituições financeiras, previstas na referida Lei Complementar.
- IV. o sigilo quanto a contas de depósitos, aplicações e investimentos mantidos em instituições financeiras pode ser oposto ao Banco Central do Brasil, apenas nos casos em que este proceder a inquérito em instituição financeira submetida a regime especial, hipótese em que só poderá ser levantado nos limites estabelecidos em decisão judicial.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

13. O Código Tributário Nacional – CTN, em alguns dos dispositivos que fazem referências a infrações e penalidades de natureza tributária, estabelece que

- I. a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se sempre da maneira mais favorável ao acusado, quanto ao sujeito ativo competente para exigir a penalidade.
- II. a lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando deixe de defini-lo como infração.
- III. somente a lei pode estabelecer a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

14. Relativamente ao IPVA, a Constituição Federal estabelece que esse imposto

- I. poderá ter alíquotas diferenciadas em função da utilização e do impacto ambiental.
- II. incidirá sobre a propriedade de veículos automotores, exceto aéreos.
- III. terá alíquotas mínimas fixadas pelo Congresso Nacional.
- IV. deverá ter alíquotas diferenciadas em função da capacidade contributiva do proprietário.
- V. incidirá sobre a propriedade de micro-ônibus e ônibus, mesmo com 20 anos ou mais de fabricação.

Está correto o que se afirma em

- (A) III e V, apenas.
- (B) I e V, apenas.
- (C) I, II, IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.



Atenção: As questões de números 15 a 17 referem-se à Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que trata do IBS e de outros temas.

15. É contribuinte do IBS, entre outros,
- (A) o adquirente de bem ou serviço desacobertado de documento fiscal hábil.
 - (B) as pessoas inscritas no Cadastro relativo ao IBS, responsáveis pelo cumprimento de obrigações principais ou acessórias do IBS, ICMS ou ISS.
 - (C) o fornecedor que realizar operações, de forma profissional, ainda que a profissão não seja regulamentada.
 - (D) o importador, pessoa jurídica, apenas no caso de promover a importação em nome próprio, com intuito de revenda do bem importado.
 - (E) a pessoa ou entidade prevista, expressa ou implicitamente, no Regulamento do imposto.
-
16. Considera-se ocorrido o fato gerador do IBS no momento
- (A) em que se realiza o pagamento, na hipótese de aquisição de bens e serviços pela administração pública direta, realizada por meio de licitação.
 - (B) do pagamento, na hipótese de pagamento antecipado, desde que seja sem cláusula de arrependimento e realizado antes do efetivo fornecimento.
 - (C) do efetivo pagamento, na hipótese de venda a prazo, ou de operação de execução continuada ou fracionada.
 - (D) do término do transporte, na prestação de serviço de transporte de pessoas, intermunicipal ou interestadual.
 - (E) em que o serviço for encontrado, sem documento fiscal e sem comprovante de pagamento do imposto.
-
17. Considera-se local da operação com
- (A) serviço de transporte de passageiros, o local do desembarque constante no documento fiscal.
 - (B) serviço de telefonia móvel, de voz e dados, prestados por meio de rádios, satélites e meios similares, o local do domicílio principal do prestador.
 - (C) serviço prestado fisicamente sobre a pessoa física, o local do domicílio principal do prestador.
 - (D) bem material, em operação realizada de forma presencial, o local da entrega ou disponibilização do bem ao destinatário.
 - (E) bem imaterial, em operação onerosa e presencial, o local da entrega ou disponibilização do bem ao destinatário.
-
18. A Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026, trata da administração e da gestão do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS e de outros temas. Segundo a referida Lei, no que se refere ao processo administrativo tributário do IBS,
- (A) consideram-se realizados os atos processuais, por meio eletrônico, no dia e na hora impressos no recibo de juntada de documentos ao processo, sem o qual considera-se não realizado o ato.
 - (B) o processo terá sua formação, sua tramitação e seu julgamento realizados mediante utilização de sistema eletrônico.
 - (C) os documentos integrantes desse processo serão arquivados em meio eletrônico, com presunção de autoria, de veracidade, de integridade, e seu conteúdo informacional será considerado verdadeiro e completo para todos os efeitos legais.
 - (D) são assegurados ao sujeito passivo o contraditório, a defesa técnica, por escrito ou em áudio visual, a sustentação oral, pré-gravada ou por escrito, antes do julgamento, e a juntada de provas nas formas, limites e prazos previstos em regimento interno.
 - (E) na contagem dos prazos processuais, serão considerados os dias corridos, sem interrupção, excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento, na forma prevista no Código Tributário Nacional – CTN.
-
19. A Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026, trata do Comitê Gestor do IBS – CGIBS e de outros temas. Segundo a referida Lei, compete ao CGIBS, além de outras coisas,
- (A) contratar servidores para execução de atividades essenciais como fiscalização, lançamento, cobrança administrativa e judicial do IBS.
 - (B) realizar as atividades de fiscalização, lançamento, cobrança e representação administrativas relativas ao IBS.
 - (C) promover a inscrição em dívida ativa dos créditos tributários de IBS, e realizar a cobrança destes valores.
 - (D) criar, alterar e extinguir obrigações acessórias relativas ao IBS e à CBS, bem como as do ICMS, IPI e ISS, em fase de encerramento e extinção.
 - (E) atuar, juntamente com o Poder Executivo federal, com vistas a harmonizar normas, interpretações, obrigações acessórias e procedimentos relativos às regras comuns aplicáveis ao IBS e à CBS.



20. A Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, alterou o Sistema Tributário Nacional.

Dentre as alterações promovidas pela referida Emenda, encontra-se a

- (A) atribuição de competência para se instituir um tributo novo, sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.
- (B) extinção do ICMS, do ISS, do IPI, do IOF, do PIS e da Confins.
- (C) instituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais, mediante a entrega de recursos dos Estados aos seus Municípios de menor renda por habitante.
- (D) atribuição de competência à lei complementar para instituir o IBS e a CBS, tributos de competência compartilhada, federal, estadual e municipal, a serem geridos pelo Comitê Gestor do IBS e CBS, entidade pública sob regime especial, que terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.
- (E) criação de um critério de distribuição do IBS estadual aos Municípios do Estado, com base na proporção da arrecadação de tributos próprios de cada Município no período anterior.

Legislação Tributária Estadual

Atenção: As questões de números 21 a 25 referem-se à Lei nº 18.665, de 28 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o ICMS, inclusive, sobre as infrações e penalidades relativas ao imposto, além de outros temas.

21. Os saldos credores acumulados de ICMS, a partir de 16 de setembro de 1996, por estabelecimentos que realizem operações e prestações de exportação para o exterior, podem ser

- (A) utilizados para liquidar, mediante compensação escritural, débitos tributários estaduais ou municipais cearenses, de quaisquer tributos ou sujeitos passivos, mediante emissão de nota fiscal de transferência, registrada na Escrituração Fiscal Digital EFD-ICMS/IPI, na forma que dispuser a legislação, tanto pelo cedente como pelo recebedor.
- (B) transferidos pelo contribuinte cearense a outros contribuintes do ICMS deste Estado, mediante prévia manifestação do Fisco, até o limite do valor total do ICMS a ser recolhido, mensalmente, pelo contribuinte recebedor.
- (C) adquiridos, mediante leilão, pela Fazenda Pública, com deságio mínimo de 2%, quando se tratar de empresa exclusivamente exportadora, observado o disposto no regulamento.
- (D) transferidos, com deságio mínimo de 10%, para terceiros, que tenham imposto a recolher, de período corrente ou pretérito, ainda que inscrito em dívida ativa ou em cobrança judicial, para liquidar o débito perante o Estado.
- (E) alienados ou transferidos, mas, se não usados no prazo de 48 meses contados do período de competência original, devem ser estornados à razão de 1/48 ao mês.

22. O ICMS não incide

- (A) sobre as prestações de serviço de transporte intermunicipal ou interestadual que se prestarem a viabilizar a remessa da mercadoria para o exterior.
- (B) no fornecimento de alimentos e bebidas, em bares, botecos e casas de diversão, com show ao vivo, se cobrado ingresso na entrada.
- (C) sobre operações com livros, jornais, periódicos, leitores de livros eletrônicos (*e-readers*) e equipamentos de rádio e televisão, que possam ser usados em sistemas de transmissão abertos, de recepção livre e gratuita.
- (D) na remessa e retorno de bens e mercadorias para depósito em armazém geral localizado no Brasil.
- (E) sobre o transporte de pessoas, efetuado por particulares ou empresas optantes pelo regime do Simples Nacional.

23. São isentas do ICMS

- (A) as saídas de bovino, ovino, caprino e aves, inclusive frango, e dos produtos comestíveis resultantes de seu abate, inclusive resfriados, congelados ou salgados.
- (B) as operações internas, inclusive importação, de milho e soja, tendo em vista a necessidade de formação de estoques, em época de baixos preços, para uso em épocas de emergência ou de calamidade, em razão de estiagem, chuvas ou outras intempéries.
- (C) as operações com equipamentos, materiais, partes e peças destinados à irrigação e eletrificação de imóvel rural, inclusive insumos, como energia elétrica ou óleo diesel, destinados aos equipamentos.
- (D) as saídas internas de leite bovino in natura, resfriado ou pasteurizado, exceto o do tipo longa vida – UHT.
- (E) as operações com queijo, manteiga, requeijão e outros derivados de leite, de qualquer animal mamífero.



24. A penalidade de multa decorrente de infração à legislação tributária do ICMS pode ser paga com desconto, em alguns casos.
- Haverá desconto no pagamento da multa, desde que recolhida com o principal, se este houver,
- (A) na hipótese do pagamento do débito por meio da modalidade de parcelamento, de 79%, se o sujeito passivo não era reincidente e não houve dolo na conduta.
 - (B) de 80%, se o sujeito passivo reconhecer a infração, recolher o débito fiscal com multa e juros, e transmitir nova EFD, antes do início da ação fiscal.
 - (C) de 50%, se a penalidade foi decorrente de mero erro, sem dolo ou fraude, e se o sujeito passivo recolher o valor devido, ou formalizar parcelamento, em até 180 dias após a notificação do lançamento.
 - (D) entre 20% e 50%, a critério do órgão de julgamento, se o sujeito passivo recolher a multa no prazo de liquidação fixado na intimação da decisão condenatória do Conselho de Recursos Tributários.
 - (E) de 30%, se o contribuinte ou responsável renunciar, expressamente, ao recurso para o Conselho de Recursos Tributários, e desde que pague a multa no prazo fixado.
-
25. Segundo a referida lei, no que tange a infrações e penalidades, relativas ao ICMS,
- (A) o auto de infração será lavrado no decorrer do processo de fiscalização, logo após a notificação de início da ação fiscal, antes de concluídas as formalidades processuais específicas e definida a infração cometida, com a finalidade de reduzir o tempo de cobrança.
 - (B) podem ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes penalidades: multa; sujeição a regime especial de fiscalização e controle; cancelamento de benefícios fiscais; e cassação de regime especial para pagamento, emissão de documentos fiscais ou escrituração de livros fiscais.
 - (C) fica dispensada a lavratura de auto de infração, nos casos em que o sujeito passivo admitir expressamente a prática infracional, recolher o valor do imposto devido, acrescido de juros e multas, e se comprometer a não repetir a conduta infracional.
 - (D) as multas serão calculadas tomando-se por base o valor das mercadorias ou do serviço, o porte da empresa, o número de funcionários do contribuinte, o grau de reprovação da conduta infracional e a sua duração.
 - (E) o valor da penalidade deve ser acrescido da metade, no caso de conduta dolosa, realizada em concurso de agentes, ou que tenha resultado em elevado dano econômico ou moral ao erário.
-
- Atenção:** As questões de números 26 a 34 referem-se ao Decreto nº 33.327, de 30 de outubro de 2019, que trata do Regulamento do ICMS, inclusive do Catálogo Eletrônico de Valores de Referência – CEVR, além de outros temas.
26. Relativamente às operações ou prestações que destinem mercadoria, bem ou serviço a consumidor final, não contribuinte do ICMS, localizado em outra unidade da Federação,
- (A) o contribuinte deverá, após apurar o valor do imposto devido a cada Estado, levar a débito, no campo próprio do livro Registro de Apuração do ICMS, o imposto devido aos Estados, para fins de apuração única em Conta Gráfica do ICMS.
 - (B) o ICMS devido à unidade federada de destino deverá ser calculado com a aplicação das seguintes fórmulas: "ICMS origem = $BC \times ALQ$ interna CE" e "ICMS destino = $[BC \times ALQ$ interna UF destino] – ICMS origem".
 - (C) a base de cálculo será dual, calculada conforme a legislação dos Estados de origem e de destino, correspondendo, em cada Estado, ao valor da operação ou da prestação, incluído o valor do respectivo ICMS devido ao respectivo Estado.
 - (D) para a apuração do imposto devido à unidade federada de origem, o remetente deverá calcular e recolher, separadamente, o imposto e o valor correspondente ao adicional de 2% do FECOP.
 - (E) no cálculo do imposto devido à unidade federada de destino, o remetente deverá calcular, separadamente, o imposto correspondente ao diferencial de alíquotas, por meio da aplicação, sobre a respectiva base de cálculo, do percentual correspondente.
-
27. São irrelevantes para excluir a responsabilidade pelo cumprimento da obrigação tributária ou a decorrente de sua inobservância,
- (A) a ausência de dolo, culpa, erro, omissão, fraude e simulação, apurada no âmbito do procedimento de fiscalização.
 - (B) as convenções particulares, os tratados firmados pelo país e os regimes especiais relativos à responsabilidade pelo pagamento do imposto.
 - (C) a inexistência de estabelecimento fixo, a clandestinidade ou a precariedade de suas instalações.
 - (D) o desconhecimento da língua portuguesa, da legislação tributária e da Constituição Federal, bem como a eventual omissão do sujeito passivo.
 - (E) o fato de a pessoa natural ou jurídica se achar sujeita a medidas que importem privação ou limitação da liberdade, do exercício de atividades civil, comercial ou profissional, da administração direta de seus bens ou negócios, ou sob intervenção judicial ou administrativa.



28. Segundo o referido Decreto, constitui crédito fiscal o valor do imposto
- (A) relativo à energia elétrica entrada no estabelecimento, exceto quando a operação seguinte corresponder a uma saída de energia elétrica.
 - (B) relativo à operação tributada posterior à entrada isenta ou não tributada, desde que seja relativa a produto agropecuário, e o valor a ser apropriado seja calculado na forma prevista no Regulamento do ICMS.
 - (C) relativo ao destaque efetuado na Nota Fiscal emitida em operações de venda de mercadorias fora do estabelecimento.
 - (D) relativo aos serviços de transporte e de comunicação prestados pelo estabelecimento.
 - (E) efetivamente devido, na hipótese de o imposto destacado no documento fiscal ser menor do que o devido.
-
29. Segundo o referido Decreto,
- (A) entende-se por diferimento a postergação do pagamento do ICMS, devido em determinada operação ou prestação, o qual é transferido para etapas posteriores.
 - (B) exceto em casos específicos, previstos em convênios celebrados entre as unidades da Federação envolvidas, o diferimento aplica-se às operações e prestações interestaduais.
 - (C) encerra-se o diferimento quando ocorrer venda destinada a órgão público, a estabelecimento localizado em outro Estado ou no mercado interno do Estado.
 - (D) encerrada a etapa do diferimento, o ICMS será exigido, exceto se a operação ou a prestação que encerra essa fase for isenta ou não tributada.
 - (E) ocorrendo o diferimento, e decorrido o prazo fixado na legislação para sua duração, atribuir-se-á a responsabilidade pelo pagamento do ICMS diferido ao fornecedor ou remetente da mercadoria, ou ao prestador do serviço.
-
30. No que se refere ao local da operação ou da prestação, para efeito de cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável,
- (A) o local da prestação é o do estabelecimento destinatário, tratando-se de prestação de serviço de transporte iniciado no Ceará.
 - (B) o local da prestação será simultaneamente o Estado de localização do prestador e do tomador, tratando-se de serviço de comunicação telefônica, medido por minuto de utilização.
 - (C) o local da operação será o local do estabelecimento onde for encontrado o ouro, em estado natural, tal como extraído da natureza, e não seja considerado ativo financeiro ou instrumento cambial.
 - (D) considera-se não ocorrido o fato gerador do imposto, no caso de se encontrar mercadoria estocada dentro do estabelecimento de contribuinte neste Estado, ainda que em situação irregular, por falta ou ausência de documentação fiscal.
 - (E) o estabelecimento pode ser existente apenas em ambiente virtual.
-
31. Conforme o Decreto, no que tange ao Catálogo Eletrônico de Valores de Referência – CEVR,
- (A) os valores de referência do CEVR devem ser usados apenas para fins tributários, vedado o uso em compras públicas, em virtude do sigilo fiscal tributário.
 - (B) nas operações de entrada neste Estado de mercadorias cuja base de cálculo seja definida a partir de informações do CEVR, se o contribuinte deixar de especificar a quantidade dos produtos no documento fiscal correspondente, a base de cálculo do ICMS será o valor do produto indicado no respectivo ato normativo, acrescido da margem de valor agregado de 100%.
 - (C) este será elaborado apenas com as informações relativas às operações e prestações declaradas pelos contribuintes do ICMS, localizados no Ceará, em Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) ou em Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), por eles emitidos nos 6 meses anteriores ao mês corrente.
 - (D) a implementação do CEVR será progressiva, a partir de 2024, sendo que, em 2026, o CEVR deverá abranger todos os tipos de atividade e de códigos fiscais utilizados no ICMS.
 - (E) os valores de referência do CEVR, a serem usados para definir a base de cálculo do ICMS, sobre todos os produtos ou serviços, serão calculados mediante a média simples, a cada período mensal de apuração do imposto.
-
32. Segundo o referido Decreto, para fins de apuração do ICMS devido,
- (A) o imposto deve ser não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadoria, ou prestação de serviços, com o montante cobrado, se efetivamente pago, pelo sujeito passivo, nas anteriores, no mesmo Estado.
 - (B) o saldo apurado, credor ou devedor, é transferível para o período ou períodos seguintes, ou, ainda, compensável com saldos de estabelecimento do mesmo sujeito passivo localizado no Brasil.
 - (C) a liquidação das obrigações, a cada mês, por meio de compensação, dar-se-á até 80% do montante dos créditos escriturados no mesmo período, vedado o uso de saldo credor oriundo do período anterior.
 - (D) no total dos créditos, em cada período, deverão estar compreendidas as importâncias relativas às entradas e prestações tomadas, ao imposto recolhido em banco, aos débitos declarados, e eventual saldo credor ou devedor dos seis períodos anteriores.
 - (E) o montante do ICMS a recolher resultará da diferença positiva, no período considerado, entre os débitos e os créditos do imposto, sendo que o ICMS poderá ser apurado por mercadoria ou serviço, em casos específicos, na forma prevista em ato do Secretário da Fazenda.



33. Segundo o referido Decreto, no que se refere ao recolhimento do

- (A) imposto, o prazo para seu pagamento, quando o vencimento ocorra em data na qual seja feriado municipal ou estadual, fica antecipado para o primeiro dia útil anterior.
- (B) imposto, este deverá ser efetuado até o dia 15 do segundo mês subsequente ao da apuração, exceto no caso de contribuinte sujeito ao Regime do Simples Nacional.
- (C) imposto, os prazos fixados na legislação serão contínuos, excluindo-se da sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.
- (D) imposto, inclusive multas e acréscimos legais, deverá ser recolhido na rede arrecadadora credenciada, ou nas unidades próprias da Secretaria da Fazenda ou do Planejamento.
- (E) ICMS relativo às mercadorias constantes do estoque final do estabelecimento, na hipótese de encerramento das atividades do contribuinte, este deverá ser recolhido até o dia 15 do mês seguinte.

34. Segundo o referido Decreto, fica vedado o aproveitamento de crédito de ICMS

- (A) na hipótese de entrada de mercadoria, cujo imposto destacado no documento fiscal tenha sido devolvido ao emitente, pelo Ente tributante, mesmo que a devolução ocorra nos termos de convênio celebrado conforme a Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975.
- (B) quando a entrada de mercadoria e respectivo serviço for objeto de saída ou prestação de serviço não tributadas ou isentas, sendo esta circunstância imprevisível na data da entrada ou da utilização do serviço.
- (C) na hipótese de entrada de mercadoria e respectivo serviço, recebida para integrar o processo de produção rural, cuja ulterior saída do produto dela resultante ocorra sem débito do imposto, sendo esta circunstância conhecida na data da entrada, inclusive as saídas para o exterior.
- (D) na hipótese de entrada de mercadoria para consumo, usada exclusivamente na área administrativa e que não seja necessária nem usual ou normal ao processo industrial, comercial, agropecuário ou na prestação de serviços.
- (E) quando a operação não estiver acobertada pela primeira via do documento fiscal eletrônico, ainda que a operação conste no livro Registro de Saídas do contribuinte que a promoveu.

35. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, instituído pela Lei Complementar estadual nº 37, de 26 de novembro de 2003, do Estado do Ceará, é composto por verbas oriundas de diversas fontes, inclusive de parcela do produto da arrecadação correspondente ao adicional de 2 pontos percentuais nas alíquotas previstas na Lei do ICMS do Estado do Ceará.

De acordo com a citada Lei Complementar, esse adicional, neste exercício de 2026, incide sobre vários produtos e serviços, dentre os quais se arrolam

- (A) energia elétrica e gasolina.
- (B) joias e antiguidades colecionáveis, tais como discos de vinil e máquinas fotográficas.
- (C) aviões ultraleves, asas-deltas e balões de ar quente (aeróstatos).
- (D) bebidas alcoólicas, isotônicos, bebidas gaseificadas não alcoólicas e refrigerantes.
- (E) embarcações esportivas e de pesca, e prestações de serviço de transporte intermunicipal, fluvial e de cabotagem.

36. Lázaro, filho único, cedeu gratuitamente a Theobaldo, seu pai, o usufruto vitalício de uma casa de frente para o mar, localizada em Fortaleza/CE, e que foi domicílio do usufrutuário até a data de sua morte. Quando Theobaldo faleceu, ele era titular dos seguintes bens e direitos:

- I. a propriedade de direitos autorais sobre o livro *“Como fazer amizade com centopeias”*;
- II. um galpão localizado em São Luís/MA, que ele locava para uma cooperativa de artesanato local;
- III. R\$ 5 milhões em criptomoedas;
- IV. um terreno localizado na Vila de Jericoacoara/CE, que ele arrendava para uma empresa domiciliada no Rio Grande do Norte, e onde se prestava serviço de estacionamento de veículos;
- V. R\$ 10 milhões em aplicações financeiras e depósitos bancários, em agência de banco localizada na cidade de Vassouras/RJ.

Com base nos fatos acima narrados e na disciplina estabelecida na Lei estadual nº 15.812, de 20 de julho de 2015, e considerando ainda que Lázaro é o único herdeiro de Theobaldo, haverá incidência do ITCD, a favor do Estado do Ceará, sobre a transmissão *causa mortis* dos bens e/ou direitos descritos nos itens

- (A) V e sobre a extinção do direito real de usufruto, apenas.
- (B) I, II, III, IV e V, e sobre a extinção do direito real de usufruto.
- (C) I, II, III, IV e V, apenas.
- (D) II, IV e V, e sobre a extinção do direito real de usufruto, apenas.
- (E) I, III, IV e V, apenas.



37. Em seus diversos dispositivos, a Lei estadual nº 12.023, de 20 de novembro de 1992, trata da figura do contribuinte do IPVA e das pessoas que são responsáveis pelo pagamento desse imposto. De acordo com a citada Lei, o contribuinte desse imposto é
- (A) tanto o proprietário do veículo automotor, como o possuidor a qualquer título.
 - (B) o curador do proprietário do veículo, enquanto perdurar a alienação mental do proprietário curatelado.
 - (C) o proprietário do veículo automotor, pessoa jurídica, apenas quando ela for sediada no Estado do Ceará.
 - (D) o proprietário do veículo automotor, mesmo quando menor de idade.
 - (E) o procurador do proprietário do veículo automotor, quando esse proprietário for domiciliado no exterior.

38. Marcela e Daniel, domiciliados em Sobral/CE, eram casados pelo regime da comunhão parcial de bens. Em agosto de 2022, Marcela transferiu seu domicílio para Recife/PE, para trabalhar na matriz de sua empresa, enquanto Daniel transferiu seu domicílio para Fortaleza/CE. Em razão disso, a relação conjugal do casal foi se deteriorando e, em maio de 2025, eles formalizaram seu divórcio, extrajudicialmente, na cidade de Natal/RN.

Na data do divórcio, a soma de todos os bens do casal (todos os bens são móveis) perfazia o montante de R\$ 4.200.000,00, assim distribuído:

1. BENS PARTICULARES DE DANIEL = R\$ 1.200.000,00.
2. BENS PARTICULARES DE MARCELA = R\$ 600.000,00.
3. BENS COMUNS DO CASAL = R\$ 2.400.000,00.

Relativamente à divisão desses bens, ficou estipulado que tanto Marcela como Daniel receberiam R\$ 2.100.000,00 cada um.

Considerando a maneira como esses bens foram partilhados e a disciplina estabelecida na Lei estadual nº 15.812, de 20 de julho de 2015, há ITCD incidente apenas em favor do Estado

- (A) do Ceará e a contribuinte é Marcela.
- (B) de Pernambuco, excepcionalmente, e o contribuinte é Daniel.
- (C) do Ceará e o contribuinte é Daniel.
- (D) de Pernambuco, excepcionalmente, e a contribuinte é Marcela.
- (E) do Rio Grande do Norte, excepcionalmente, e os contribuintes são Marcela e Daniel, na proporção de 50% cada um.

39. De acordo com a Lei estadual nº 12.023, de 20 de novembro de 1992, o fato gerador do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA ocorre

- I. na data de sua aquisição por consumidor final, em se tratando de veículo novo ou usado, adquirido de empresa concessionária de veículos;
- II. na data do desembaraço aduaneiro, para efeito da primeira tributação, quando importado por consumidor final, em se tratando de veículo de procedência estrangeira, novo ou usado;
- III. quando da incorporação ao ativo permanente, em se tratando de veículo novo ou usado;
- IV. no momento da incorporação ao ativo permanente da empresa importadora, para efeito da primeira tributação, em se tratando de veículo de procedência estrangeira, novo ou usado.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

40. Ignácia, rica senhora cearense, domiciliada em Mombaça/CE, faleceu em 2025, sem deixar herdeiros necessários. Ela deixou, por testamento, todo o seu patrimônio, representado pela importância de R\$ 650.000,00, depositada em agência bancária de Brasília/DF, para sua afilhada Adriana, domiciliada no Município de Campo Maior/PI.

O processo de inventário judicial correu na cidade de Mombaça e o valor da UFIRCE, em 2025, era de R\$ 6,02969 (utilizar até a segunda casa decimal da UFIRCE para o cálculo).

Tendo em conta essa informação e a disciplina estabelecida pela Lei estadual nº 15.812, de 20 de julho de 2015, ao Estado do Ceará

- (A) é devida a importância equivalente a 8.063,99 UFIRCES, a título de ITCD.
- (B) é devida a importância equivalente a 6.663,99 UFIRCES, a título de ITCD.
- (C) nada é devido a título de ITCD.
- (D) é devida a importância equivalente a 7.023,99 UFIRCES, a título de ITCD.
- (E) é devida a importância equivalente a 8.623,99 UFIRCES, a título de ITCD.

**Contabilidade Avançada e de Custos**

41. O Balanço Patrimonial de 31/12/2023 da empresa *Todos na Copa S.A.* apresentava o Patrimônio Líquido registrado pelo valor de R\$ 200.000.000. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da empresa era, nessa data, R\$ 250.000.000 e foi obtido por laudo de avaliação de empresa externa, sendo que a diferença entre o valor contabilizado e o valor justo se refere a um terreno que havia sido adquirido pela empresa em 2018.

A empresa *Copa do Mundo S.A.* adquiriu, nessa data, 90% das ações da empresa *Todos na Copa S.A.*, pagando o valor de R\$ 300.000.000 à vista e passando a deter seu controle.

Durante o ano de 2024, a empresa *Todos na Copa S.A.* reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Prejuízo do ano de 2024: R\$ 20.000.000
- Ganhos em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: R\$ 10.000.000

Com base nas informações apresentadas, o valor reconhecido na conta *Investimentos em Controladas*, no Balanço Patrimonial individual da empresa *Copa do Mundo S.A.* em 31/12/2024, foi, em reais,

- (A) 216.000.000
- (B) 207.000.000
- (C) 282.000.000
- (D) 171.000.000
- (E) 291.000.000

42. A empresa *Só Arrendo S.A.* necessitava de um equipamento de produção e realizou um contrato de arrendamento pelo prazo de 4 anos. O contrato foi iniciado em 31/12/2023, o equipamento começou a ser utilizado em 01/01/2024 e a empresa definiu sua utilização por 8 anos. No final do prazo de utilização, o equipamento não terá valor para revenda (sucata) e a empresa estima que incorrerá em gastos de R\$ 740.000,00 para sua desmontagem e remoção. O contrato de arrendamento será pago em 4 parcelas anuais, iguais e consecutivas de R\$ 1.410.059,17 e a primeira parcela venceu em 31/12/2024. Sabendo-se que a taxa incremental sobre empréstimos da empresa é 5,0% a.a., que corresponde a uma taxa de 48% acumulada no período de utilização do equipamento, e que o valor presente das parcelas do contrato era R\$ 5.000.000,00, em 31/12/2023, é correto afirmar que a empresa *Só Arrendo S.A.* reconheceu

- (A) um impacto negativo no resultado de 2024 no valor total de R\$ 962.500,00.
- (B) uma despesa financeira total de R\$ 250.000,00 no resultado de 2024.
- (C) um ativo de R\$ 5.000.000,00 na mensuração inicial.
- (D) uma despesa de depreciação de R\$ 1.375.000,00 no resultado de 2024.
- (E) um passivo de arrendamento de R\$ 4.364.940,83 em 31/12/2024.

43. Uma aplicação financeira em títulos públicos, no valor de R\$ 2.000.000, foi realizada por uma empresa no dia 31/12/2022. Os títulos rendem juros compostos à taxa de 10% ao ano e a data de vencimento para o resgate final é 31/12/2028. A empresa definiu a mensuração dos títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e os valores justos desses títulos em 31 de dezembro de cada ano são apresentados a seguir:

Data	Valor justo (R\$)
31/12/2023	2.280.000
31/12/2024	2.260.000
31/12/2025	2.580.000

Sabendo que a empresa vendeu os títulos no mercado em 31/12/2025 pelo valor justo nessa data, os impactos reconhecidos nas Demonstrações dos Resultados dos anos de 2023, 2024 e 2025, referentes exclusivamente à aplicação que a empresa fez nos títulos, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 280.000 positivos, 20.000 negativos e 320.000 positivos.
- (B) 280.000 positivos, 200.000 positivos e 562.000 positivos.
- (C) 200.000 positivos, 220.000 positivos e 242.000 positivos.
- (D) 200.000 positivos, 220.000 positivos e 160.000 positivos.
- (E) 200.000 positivos, 60.000 positivos e 320.000 positivos.



44. A Demonstração do Resultado do ano de 2025 da empresa *Produtos Sustentáveis S.A.* é apresentada a seguir, com os valores expressos em reais:

Receita Bruta de Vendas	4.900.000
(-) Impostos sobre vendas	<u>(1.200.000)</u>
(=) Receita Líquida	3.700.000
(-) Custo dos Produtos Vendidos	<u>(2.350.000)</u>
(=) Lucro Bruto	1.350.000
(-) Despesas operacionais	
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(25.000)
Despesa de depreciação	(250.000)
Despesa com pessoal	(150.000)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	35.000
(+) Receitas financeiras	<u>65.000</u>
(=) Lucro antes do IR e CSLL	1.025.000
(-) IR e CSLL	<u>(275.000)</u>
(=) Lucro Líquido	750.000

Se o valor dos tributos recuperáveis, referentes aos produtos que foram vendidos no ano de 2025, totalizava R\$ 225.000, o Valor Adicionado Total a Distribuir gerado pela empresa, no ano de 2025, foi, em reais,

- (A) 2.325.000.
 (B) 2.140.000.
 (C) 2.150.000.
 (D) 2.075.000.
 (E) 2.050.000.

45. No dia 01/12/2025, uma venda a prazo no valor total de US\$ 500.000 (quinhentos mil dólares) foi realizada pela empresa brasileira *Exportadora de Brinquedos S.A.*, com data de vencimento em 20/01/2026. A tabela a seguir apresenta a cotação do dólar, em reais, para algumas datas e a cotação média do mês de dezembro de 2025:

Data	Cotação do US\$ (em R\$)
01/12/2025	5,00
15/12/2025	5,20
31/12/2025	5,50
Média de 12/2025	5,30

Está correto afirmar que a empresa reconheceu, no ano de 2025, receita de vendas no valor de

- (A) R\$ 2.650.000 e uma receita de variação cambial de R\$ 100.000.
 (B) R\$ 2.500.000 e uma receita de variação cambial de R\$ 250.000.
 (C) R\$ 2.500.000, apenas.
 (D) R\$ 2.750.000, apenas.
 (E) R\$ 2.500.000 e uma receita de variação cambial de R\$ 150.000.



Atenção: Considere os dados a seguir para responder às questões de números 46 e 47.

Os Balanços Patrimoniais em 31/12/2024 e 31/12/2025 e a Demonstração do Resultado do ano de 2025 da empresa *Materiais Esportivos para a Copa S.A.* são apresentados a seguir:

Materiais Esportivos para a Copa S.A.

Balanços Patrimoniais em 31/12/2024 e 31/12/2025

ATIVO	31/12/2024	31/12/2025	PASSIVO	31/12/2024	31/12/2025
Ativo circulante	740.000	740.000	Passivo circulante	290.000	200.000
Caixa e Equivalentes de Caixa	260.000	220.000	Fornecedores	240.000	140.000
Valores a receber de Clientes	200.000	280.000	Dividendos a Pagar	50.000	24.000
Estoques	280.000	240.000	Impostos a pagar	–	36.000
Ativo não circulante	930.000	1.184.000	Passivo não circulante	560.000	776.000
Investimentos	256.000	344.000	Empréstimos	560.000	776.000
Imobilizado			Patrimônio Líquido	820.000	948.000
Equipamentos	520.000	840.000	Capital	600.000	660.000
Terrenos	154.000	–	Reservas de Lucros	220.000	288.000
TOTAL DO ATIVO	1.670.000	1.924.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	1.670.000	1.924.000

Materiais Esportivos para a Copa S.A.

Demonstração do Resultado – 01/01/2025 a 31/12/2025

Receitas de Vendas	1.600.000
(–) Custo das Mercadorias Vendidas	(1.048.000)
(=) Resultado com Mercadorias	552.000
(–) Despesas Operacionais	
▪ Depreciação	(52.000)
▪ Outras despesas operacionais	(318.000)
(+) Outras Receitas e Despesas	
▪ Resultado de Equivalência Patrimonial	24.000
(=) Resultado antes dos efeitos financeiros	206.000
(–) Despesas Financeiras	(104.000)
(=) Resultado após os efeitos financeiros	102.000
(+) Lucro na Venda de Terrenos	56.000
(=) Resultado antes de Impostos e Participações	158.000
(–) Despesa com Imposto de Renda	(36.000)
(=) Resultado Líquido	122.000

As seguintes informações adicionais, referentes ao ano de 2025, são conhecidas:

- Não houve venda de equipamentos nem de participações societárias.
- As despesas financeiras contabilizadas no ano não foram pagas e a empresa não liquidou qualquer empréstimo. A empresa classifica os dividendos nas atividades de financiamento.
- A venda do terreno foi efetuada à vista.
- O aumento de capital foi realizado da seguinte forma: 50% em dinheiro e o restante com incorporação de reservas de lucros.

46. O valor correspondente ao Caixa das Atividades de Financiamento gerado pela empresa *Materiais Esportivos para a Copa S.A.* no ano de 2025 foi, em reais:

- (A) 62.000 (positivo).
- (B) 216.000 (positivo).
- (C) 116.000 (positivo).
- (D) 112.000 (positivo).
- (E) 92.000 (positivo).

47. O valor correspondente ao Caixa das Atividades Operacionais gerado pela empresa *Materiais Esportivos para a Copa S.A.* no ano de 2025 foi, em reais:

- (A) 198.000 (positivo).
- (B) 130.000 (negativo).
- (C) 150.000 (positivo).
- (D) 94.000 (positivo).
- (E) 118.000 (positivo).



48. Em 01/01/2024, a empresa *Oportunista S.A.* adquiriu um imóvel nas seguintes condições de pagamento:

- Entrada, no valor de R\$ 3.000.000
- Parcela de R\$ 2.904.000 para ser paga em 01/01/2026

Para dispor do imóvel em condições de uso, a empresa incorreu, adicionalmente, nos seguintes gastos:

- Reformas estruturais: R\$ 400.000
- Impostos e taxas para registro do imóvel: R\$ 100.000

A empresa classificou o imóvel como propriedade para investimento, estimou sua vida útil em 50 anos e definiu como política contábil para sua mensuração subsequente o método do valor justo, conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento.

Na data da aquisição do imóvel, a taxa incremental de juros compostos era de 10% a.a., e os valores justos do imóvel, em algumas datas, são apresentados na tabela a seguir:

Data	Valor Justo (R\$)
31/12/2023	6.000.000
31/12/2024	6.600.000

Com base nessas informações, a empresa *Oportunista S.A.* reconheceu

- (A) o valor de R\$ 6.000.000 na mensuração inicial do imóvel.
- (B) um ganho de R\$ 700.000 no resultado de 2024.
- (C) o valor de R\$ 5.904.000 na mensuração inicial do imóvel.
- (D) o valor de R\$ 6.404.000 na mensuração inicial do imóvel.
- (E) um ganho de R\$ 600.000 no resultado de 2024.

49. A empresa *Investidora Brasileira S.A.* detinha uma única participação societária em uma empresa coligada no exterior. Em 31/12/2025, a *Investidora Brasileira S.A.* apresentava os seguintes registros em seu Balanço Patrimonial, relacionados com esse investimento:

- Valor contábil do investimento: R\$ 13.800.000
- Ajustes acumulados de conversão (PL): R\$ 600.000 (saldo credor)

Nessa mesma data (31/12/2025), a empresa *Investidora Brasileira S.A.* vendeu 75% de sua participação na empresa no exterior por R\$ 14.400.000, à vista. Com a participação remanescente (25%), a empresa perdeu a influência significativa na investida e o investimento passou a ser considerado um ativo financeiro. O valor justo da participação remanescente era, na data da venda, R\$ 4.500.000.

O impacto total reconhecido na Demonstração do Resultado de 2025, decorrente da alienação de parte do investimento e com a perda de influência significativa, foi, em reais,

- (A) 5.700.000.
- (B) 5.100.000.
- (C) 1.200.000.
- (D) 4.500.000.
- (E) 4.050.000.

50. No mês de dezembro de 2024, a empresa comercial *Vendas Segmentadas S.A.* realizou somente as três vendas apresentadas na tabela a seguir:

Data da venda	Valores em Reais (R\$)	Data de vencimento
01/12/2024	18.200.000	01/06/2026
15/12/2024	3.400.000	À vista
29/12/2024	2.200.000	À vista

A taxa de juros praticada pela empresa para as vendas a prazo, em dezembro de 2024, era 1,25% ao mês, que equivalia à taxa de 25% para o período de 01/12/2024 a 01/06/2026.

Na Demonstração do Resultado do ano de 2024, a empresa reconheceu, em relação às vendas realizadas no mês de dezembro de 2024, receita de vendas no valor de:

- (A) R\$ 20.160.000, apenas.
- (B) R\$ 23.800.000 e receita financeira no valor de R\$ 3.640.000.
- (C) R\$ 20.160.000 e receita financeira no valor de R\$ 182.000.
- (D) R\$ 23.800.000, apenas.
- (E) R\$ 20.160.000 e receita financeira no valor de R\$ 252.000.



51. A empresa *Estrangeira Corporation* atua no mercado americano e elabora suas demonstrações contábeis em dólar norte-americano que é sua moeda funcional. A empresa *Brasileira S.A.* tem uma participação de 40% na empresa *Estrangeira Corporation* e, por ter influência significativa na empresa investida, caracteriza-se como coligada. O investimento foi adquirido em 31/12/2024 e registrado no grupo do Ativo Não Circulante do Balanço Patrimonial da empresa *Brasileira S.A.* pelo valor de R\$ 40.000.000.

O valor do lucro líquido apurado pela empresa *Estrangeira Corporation* em 2025 foi R\$ 15.000.000, após a conversão das demonstrações contábeis para reais, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. O Patrimônio Líquido da empresa *Estrangeira Corporation* apresentava, em reais após a conversão, os seguintes componentes em 31/12/2025:

▪ Capital Social	85.000.000
▪ Reservas de Lucros	30.000.000
▪ Ajustes acumulados de conversão	<u>5.000.000</u>
▪ Total do Patrimônio Líquido	120.000.000

A empresa *Brasileira S.A.* deveria apresentar, nas suas demonstrações contábeis de 2025, o valor do investimento no ativo por

- (A) O valor do investimento no ativo por R\$ 48.000.000 e o Resultado de Equivalência Patrimonial de R\$ 8.000.000 na Demonstração do Resultado de 2025, apenas.
- (B) O valor do investimento no ativo por R\$ 46.000.000, o Resultado de Equivalência Patrimonial de R\$ 6.000.000 na Demonstração do Resultado de 2025 e o valor de Ajustes acumulados de conversão de R\$ 2.000.000 no Patrimônio Líquido.
- (C) R\$ 46.000.000, apenas.
- (D) R\$ 46.000.000 e o Resultado de Equivalência Patrimonial de R\$ 6.000.000 na Demonstração do Resultado de 2025, apenas.
- (E) O valor do investimento no ativo por R\$ 48.000.000, o Resultado de Equivalência Patrimonial de R\$ 6.000.000 na Demonstração do Resultado de 2025 e o valor de Ajustes acumulados de conversão de R\$ 2.000.000 no Patrimônio Líquido.

52. Uma empresa realizou a emissão de debêntures para captação de recursos com as seguintes características:

- Data da emissão: 31/12/2024
- Valor da emissão: R\$ 20.000.000,00
- Prazo total: 10 anos
- Taxa de juros: 9% ao ano
- Pagamentos anuais: R\$ 3.116.401,80

Para a emissão e colocação das debêntures no mercado, a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 608.765,77.

Tendo em vista que a expectativa do mercado futuro de juros é uma queda da taxa nos próximos anos, houve uma grande demanda pelas debêntures emitidas e a empresa conseguiu obter um valor superior ao desejado, vendendo os títulos por R\$ 22.000.000,00. Com isso, a taxa de custo efetivo da emissão foi de 7,5% ao ano.

Está correto afirmar que o valor

- (A) dos encargos financeiros registrados no resultado do ano de 2025 foi R\$ 1.604.342,57.
- (B) dos encargos financeiros registrados no resultado do ano de 2025 foi R\$ 2.408.765,77.
- (C) total evidenciado no passivo (circulante e não circulante), em 31/12/2024, foi R\$ 22.000.000,00.
- (D) dos encargos financeiros registrados no resultado do ano de 2025 foi R\$ 1.800.000,00.
- (E) total evidenciado no passivo (circulante e não circulante), em 31/12/2025, foi R\$ 18.683.598,20.

53. As informações a seguir foram obtidas das demonstrações contábeis de uma empresa, referem-se ao ano de 2024 e os valores estão expressos em reais:

▪ Aumento do Capital Social	6.000.000
▪ Ajuste a valor justo de Propriedades para investimentos	420.000
▪ Lucro antes de impostos e contribuições	4.750.000
▪ Distribuição de dividendos	1.260.000
▪ Ajuste positivo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (líquido de tributos)	720.000
▪ Lucro líquido do exercício	4.200.000
▪ Ajuste negativo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	500.000
▪ Ganho na conversão de demonstrações contábeis de empresa coligada no exterior	900.000
▪ Ganho na alienação de investimentos	750.000

Utilizando as informações apresentadas, o valor total do resultado abrangente evidenciado pela empresa na Demonstração do Resultado Abrangente no exercício de 2024 foi, em reais,

- (A) 5.320.000
- (B) 4.920.000
- (C) 4.560.000
- (D) 5.820.000
- (E) 5.070.000



54. Em 02/01/2024, o Patrimônio Líquido contabilizado da empresa *Parafusos S.A.* era R\$ 40.000.000 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis era R\$ 50.000.000. A diferença se refere ao valor de um ativo imobilizado não depreciável que havia sido adquirido em 2018. A empresa *Ferramentas S.A.* adquiriu, nessa data, 90% das ações da empresa *Parafusos S.A.*, pagando o valor de R\$ 40.000.000 à vista e passando a deter seu controle. Durante o ano de 2024, a empresa *Parafusos S.A.* reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Prejuízo do ano de 2024: R\$ 4.000.000
- Ganhos em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: R\$ 2.000.000

Com base nas informações apresentadas, o valor reconhecido na conta *Investimentos em Controladas* no Balanço Patrimonial individual da empresa *Ferramentas S.A.* em 31/12/2024 e o impacto total no resultado de 2024 decorrente do investimento feito pela empresa foram, respectivamente, em reais,

- (A) 43.200.000 e 3.600.000 (negativo).
 (B) 38.200.000 e 3.600.000 (negativo).
 (C) 43.200.000 e 1.400.000 (positivo).
 (D) 38.200.000 e 1.400.000 (positivo).
 (E) 41.400.000 e 3.600.000 (negativo).

55. O Balanço Patrimonial da empresa *Comercial Importadora S.A.* apresentava, em 31/12/2024, a seguinte composição do Patrimônio Líquido, com os valores expressos em reais:

▪ Capital Social	8.000.000
▪ Reserva de Capital	1.000.000
▪ Reserva Legal	1.400.000
▪ Reserva para Expansão	600.000
▪ Valor total do Patrimônio Líquido	11.000.000

No ano de 2025, a empresa apurou o lucro Líquido no valor de R\$ 5.000.000 e constituiu somente a Reserva Legal de acordo com o que estabelece a Lei nº 6.404/1976. O estatuto social da empresa define que o dividendo obrigatório é calculado pela aplicação do percentual de 25% sobre o saldo do Lucro Líquido após a dedução do valor da Reserva Legal. O Capital Social foi aumentado para R\$ 9.000.000 com a incorporação do valor total da Reserva de Capital.

O valor total do Patrimônio Líquido da *Comercial Importadora S.A.*, apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2025, era, em reais,

- (A) 15.800.000
 (B) 14.800.000
 (C) 16.000.000
 (D) 15.750.000
 (E) 14.812.500

Atenção: Considere os dados a seguir para responder às questões de números 56 e 57.

Os gastos incorridos no mês de outubro de 2025, referentes à produção do único produto que é produzido pela empresa *Única S.A.*, são apresentados a seguir:

Custos variáveis de produção

- Matéria-prima: R\$ 192,00 por unidade produzida
- Mão de obra direta: R\$ 96,00 por unidade produzida

Custos fixos de produção

- Custos fixos diretos: R\$ 96.000,00
- Custos fixos indiretos: R\$ 288.000,00

Durante o mês de outubro de 2025 foram produzidas 5.000 unidades do produto.

As seguintes despesas operacionais da empresa ocorreram no mês:

Despesas fixas e variáveis

- Despesas fixas: R\$ 192.000,00
- Despesas variáveis: R\$ 48,00 por unidade produzida

As informações relacionadas com as condições de venda do produto no mercado são as seguintes:

- Preço de venda: R\$ 500,00 por unidade vendida.
- Impostos sobre vendas: 15% do preço de venda.
- Comissões sobre vendas: 5% do preço de venda.

56. Se a empresa adota o método de custeio por absorção, o custo unitário de produção no mês de outubro de 2025 foi, em reais:

- (A) 364,80
 (B) 403,20
 (C) 412,80
 (D) 288,00
 (E) 451,20



57. O ponto de equilíbrio contábil da empresa, em unidades vendidas, é:

- (A) 6.000
- (B) 6.472
- (C) 5.143
- (D) 9.000
- (E) 3.000

58. A empresa *Comércio de Produtos Gregos S.A.* fabrica e vende os produtos Alfa, Beta e Gama. Os custos diretos unitários de produção e as quantidades mensais produzidas são apresentados na tabela a seguir:

Produto	Custo direto Unitário (R\$)	Volume produzido (em unidades)
Alfa	63,00	8.000
Beta	67,20	5.000
Gama	105,00	2.000

Os custos indiretos de produção mensais totalizam R\$ 720.000, a empresa adota o custeio por absorção e distribui os custos indiretos entre os três produtos com base nos custos diretos totais de cada um.

O custo total mensal de produção do produto Beta é, em reais,

- (A) 1.056.000
- (B) 230.400
- (C) 336.000
- (D) 566.400
- (E) 576.000

59. A tabela a seguir apresenta os dados referentes à produção dos produtos alimentícios A, B e C pela empresa *Indústria Alimentícia S.A.* no mês de abril de 2025. A produção dos 3 produtos é realizada em um único departamento.

Produto	Matéria-prima	Mão de obra direta	Quantidade total produzida	Horas de mão de obra direta
A	\$ 150/unidade	\$ 300/unidade	1.000	1h/unidade
B	\$ 300/unidade	\$ 150/unidade	1.500	2h/unidade
C	\$ 600/unidade	\$150/unidade	2.000	1h/unidade

Os custos indiretos incorridos no mês de abril de 2025 totalizaram R\$ 2.700.000, a empresa utiliza o método de custeio por absorção e aloca os custos indiretos aos produtos em função da quantidade de horas de mão de obra direta utilizada.

Sabendo que não havia estoques iniciais e finais de produtos em processo, o custo unitário de produção dos produtos A, B e C, no mês de abril de 2025, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 900; 1.350; 1.200
- (B) 1.350; 1.050; 1.200
- (C) 450; 450; 750
- (D) 1.050; 1.050; 1.350
- (E) 1.125; 1.125; 1.425

60. Uma empresa de tecnologia oferece dois tipos de serviços aos seus clientes: manutenção de *hardware* e desenvolvimento de *software*. Os custos diretos para cada tipo de serviço são os seguintes:

Serviço	Custos diretos
Manutenção de <i>hardware</i>	R\$ 10.000 por atendimento
Desenvolvimento de <i>software</i>	R\$ 62.400 por desenvolvimento / ano

Os custos indiretos anuais da empresa totalizaram R\$ 1.060.000 e foram referentes às seguintes atividades:

- Estudo e análise: R\$ 100.000 por ano
- Serviços indiretos: R\$ 200.000 por ano
- Testes de funcionalidade: R\$ 760.000 por ano

Os direcionadores de custos anuais dessas atividades identificados pela empresa e os percentuais consumidos por cada tipo de serviço foram:

Direcionadores	Manutenção de <i>hardware</i>	Desenvolvimento de <i>software</i>
Tempo dispendido em estudos (horas)	60%	40%
Demanda por serviços indiretos	30%	70%
Tempo de testes de funcionalidade	20%	80%

No ano de 2025, a empresa realizou 10 serviços de manutenção de equipamentos e desenvolveu 20 *softwares*.

Se a empresa adota o Custeio Baseado em Atividades (ABC), os custos totais da manutenção de *hardware* e do desenvolvimento de *software* no ano de 2025 foram, respectivamente, em reais:

- (A) 100.000 e 1.248.000
- (B) 372.000 e 2.036.000
- (C) 282.000 e 850.400
- (D) 630.000 e 1.778.000
- (E) 272.000 e 788.000

**Fluência de Dados**

61. Durante uma fiscalização eletrônica, auditores precisam identificar os CNPJs de contribuintes cujo faturamento anual de 2026, calculado pela soma de valor_nota das notas emitidas no período, ultrapassa R\$ 5.000.000,00. Considere a tabela notas_fiscais(cnpj, data_emissao, valor_nota) em que data_emissao é compatível com literais do tipo DATE. A consulta SQL em conformidade com o padrão SQL ANSI que atende ao requisito é:
- (A) `SELECT cnpj, COUNT(valor_nota) FROM notas_fiscais WHERE data_emissao >= DATE '2026-01-01' AND data_emissao < DATE '2027-01-01' GROUP BY cnpj HAVING COUNT(valor_nota) > 5000000;`
- (B) `SELECT DISTINCT cnpj FROM notas_fiscais WHERE data_emissao >= DATE '2026-01-01' AND data_emissao < DATE '2027-01-01' AND valor_nota > 5000000;`
- (C) `SELECT cnpj FROM notas_fiscais WHERE data_emissao >= DATE '2026-01-01' AND data_emissao < DATE '2027-01-01' GROUP BY cnpj HAVING SUM(valor_nota) > 5000000;`
- (D) `SELECT cnpj, SUM(valor_nota) FROM notas_fiscais WHERE data_emissao >= DATE '2026-01-01' AND data_emissao < DATE '2027-01-01' AND valor_nota > 5000000 GROUP BY cnpj;`
- (E) `SELECT cnpj FROM notas_fiscais WHERE data_emissao >= DATE '2026-01-01' AND data_emissao < DATE '2027-01-01' GROUP BY cnpj, data_emissao HAVING SUM(valor_nota) > 5000000;`
-
62. Uma Secretaria da Fazenda realizou tratamento de grandes volumes de dados fiscais para geração de indicadores agregados de arrecadação e estudos estatísticos. Após o encerramento da etapa analítica, os conjuntos de dados passaram por procedimento técnico destinado a impedir a associação dos registros a contribuintes específicos, sem manter elementos que permitissem reidentificação viável com os recursos tecnológicos ordinariamente disponíveis. Nesse contexto, o procedimento adotado caracteriza
- (A) bloqueio de tratamento de dados pessoais para limitação temporária de acesso administrativo.
- (B) compartilhamento interoperável de dados sensíveis entre órgãos públicos para finalidades estatísticas.
- (C) criptografia de dados pessoais com preservação da reversibilidade mediante uso de chaves institucionais segregadas.
- (D) anonimização de dados, desde que a reversão não possa ser realizada por meios técnicos razoáveis disponíveis.
- (E) pseudonimização de registros tributários, ainda que inexista possibilidade prática de reidentificação dos titulares.
-
63. Considere um ambiente de fiscalização tributária eletrônica da SEFAZ-CE, no qual funcionários acessam bases de dados protegidas por sigilo fiscal. Diante da necessidade operacional de consulta a informações fiscais por equipe de auditoria, a conduta compatível com as diretrizes de controle de acesso previstas na Instrução Normativa nº 92/2021 é
- (A) utilizar extratos parciais de dados fiscais em estudos internos, independentemente de autorização específica, desde que omitidos os identificadores diretos.
- (B) permitir acesso supervisionado de colaboradores terceirizados mediante credenciais fornecidas informalmente por funcionário responsável.
- (C) realizar acesso às informações fiscais estritamente vinculado às atribuições funcionais e à necessidade do serviço.
- (D) utilizar autenticação compartilhada de contingência entre funcionários previamente autorizados pela chefia imediata para garantir continuidade operacional em situações de indisponibilidade sistêmica.
- (E) conceder acesso ampliado aos sistemas fazendários a funcionários vinculados a unidades estratégicas de fiscalização.
-
64. Em uma Secretaria da Fazenda, a auditoria precisa identificar contribuintes com situação cadastral ativa que não possuem registro de recolhimento de ICMS na competência de abril de 2026. Considerando as tabelas contribuintes(cnpj, situacao) e recolhimentos(cnpj, competencia, valor_icms), a instrução SQL ANSI padrão que atende ao requisito apresentado é:
- `SELECT c.cnpj FROM contribuintes c`
- (A) `WHERE c.situacao = 'ATIVO' AND NOT EXISTS (SELECT 1 FROM recolhimentos r WHERE r.cnpj = c.cnpj AND r.competencia <> DATE '2026-04-01');`
- (B) `LEFT OUTER JOIN recolhimentos r ON c.cnpj = r.cnpj WHERE c.situacao = 'ATIVO' AND r.competencia IS NULL;`
- (C) `INNER JOIN recolhimentos r ON c.cnpj = r.cnpj WHERE c.situacao = 'ATIVO' AND r.competencia = DATE '2026-04-01';`
- (D) `LEFT OUTER JOIN recolhimentos r ON c.cnpj = r.cnpj AND r.competencia = DATE '2026-04-01' WHERE c.situacao = 'ATIVO' AND r.cnpj IS NULL;`
- (E) `LEFT OUTER JOIN recolhimentos r ON c.cnpj = r.cnpj WHERE c.situacao = 'ATIVO' AND r.competencia <> DATE '2026-04-01';`



65. Uma Secretaria da Fazenda está implantando um sistema baseado em inteligência artificial para apoiar a identificação de indícios de fraude tributária em operações fiscais eletrônicas. Durante a definição da política de ética e governança de dados foi realizado um debate, concluindo-se que
- (A) o risco de alucinação em sistemas de inteligência artificial está relacionado à indisponibilidade de bases históricas para treinamento, produzindo falhas operacionais decorrentes da ausência de registros suficientes para execução dos algoritmos.
 - (B) a rastreabilidade das decisões automatizadas exige o mapeamento do ciclo de vida dos dados e dos parâmetros de treinamento, permitindo auditorias técnicas que identifiquem a origem de eventuais desvios e alucinações nos relatórios fiscais.
 - (C) em estruturas de governança centralizada, as decisões relacionadas à qualidade dos dados e aos critérios de segurança devem ser concentradas nas unidades administrativas, permitindo que cada setor estabeleça seus próprios padrões de controle e auditoria.
 - (D) a explicabilidade em sistemas de inteligência artificial consiste na capacidade de impedir alterações nos modelos analíticos após sua implantação, reduzindo a necessidade de monitoramento sobre possíveis desvios de comportamento algorítmico.
 - (E) em modelos de governança compartilhada, os papéis de *data steward* e *data owner* tornam-se dispensáveis, pois as responsabilidades sobre os dados passam a ser absorvidas diretamente pelos sistemas automatizados de inteligência artificial.
66. Uma equipe de uma Secretaria da Fazenda está liderando um projeto para identificar redes de empresas envolvidas em sonegação de ICMS. O conjunto de dados inclui tabelas de um banco de dados relacional com o histórico de pagamentos, arquivos JSON contendo os detalhes das notas fiscais eletrônicas e relatórios de fiscalização em texto no formato PDF. Considerando que a metodologia CRISP-DM está sendo utilizada para organizar o fluxo de trabalho, a equipe deve
- (A) realizar, na fase de Compreensão dos Dados, uma análise exploratória para verificar a qualidade do preenchimento dos campos com dados estruturados das tabelas relacionais e a consistência e integridade das chaves nos arquivos JSON, alinhando essas fontes aos objetivos de fiscalização.
 - (B) refinar o projeto na fase de Avaliação, convertendo os relatórios de texto em dados estruturados, garantindo que a implementação do modelo no ambiente de produção ocorra junto com a revisão técnica dos resultados obtidos frente às leis tributárias.
 - (C) iniciar a fase de Modelagem utilizando os arquivos com dados não estruturados JSON, para garantir que os algoritmos de aprendizado de máquina identifiquem padrões de fraude antes mesmo de definir os critérios de sucesso do projeto.
 - (D) priorizar a fase de Preparação dos Dados para converter as tabelas com dados semiestruturados do banco de dados relacional, em um formato legível por humanos, visando facilitar a compreensão inicial dos problemas fiscais pelos gestores da Secretaria.
 - (E) executar a fase de Compreensão do Negócio com foco na extração automática de entidades dos relatórios em PDF, uma vez que esses dados estruturados permitem a clara definição das variáveis preditivas que serão usadas no modelo final de risco.
67. Uma equipe de uma Secretaria da Fazenda está auditando a regularidade de repasses financeiros para empresas prestadoras de serviço, buscando a identificação de valores suspeitos ao longo de um ano. Para isso, são utilizadas as tabelas `FORNECEDORES (id_fornecedor, nome_fornecedor, categoria)` e `PAGAMENTOS (id_pagamento, id_fornecedor, valor, data_emissao, status)`. Em condições ideais, foi executado o seguinte comando SQL:
- ```
SELECT f.nome_fornecedor, SUM(p.valor) AS total_acumulado
FROM FORNECEDORES f
INNER JOIN PAGAMENTOS p ON f.id_fornecedor = p.id_fornecedor
WHERE p.status = 'EFETIVADO' AND p.data_emissao BETWEEN '2025-01-01' AND '2025-12-31'
GROUP BY f.nome_fornecedor
HAVING SUM(p.valor) > (SELECT AVG(valor) FROM PAGAMENTOS);
```
- Esse comando
- (A) utiliza cláusulas compatíveis com bancos NoSQL orientados a documentos, como `INNER JOIN`, `GROUP BY` e `HAVING`, ou seja, mecanismos de agregação, que podem ser executados com a mesma sintaxe SQL padronizada.
  - (B) identifica fornecedores cujo valor médio de pagamento anual seja superior à soma total de todos os pagamentos registrados no período, utilizando a subconsulta para comparar resultados globais após a execução completa do agrupamento.
  - (C) utiliza a cláusula `INNER JOIN` para realizar a união vertical dos registros das duas tabelas, enquanto a subconsulta presente no `HAVING` filtra os valores individuais de cada nota fiscal antes que a soma por fornecedor seja processada pelo agrupamento.
  - (D) identifica fornecedores com pagamentos efetivados em 2025 cujo somatório anual supera a média aritmética de todos os pagamentos individuais registrados na tabela, utilizando uma subconsulta para definir dinamicamente o valor de corte do filtro agregado.
  - (E) utiliza a função de agregação `SUM` para calcular a média ponderada dos repasses, permitindo que a cláusula `WHERE` restrinja os grupos resultantes com base no valor retornado pela subconsulta de média global.
68. Uma equipe de auditoria pretende ampliar o uso de análises baseadas em dados para identificar indícios de irregularidades em contratos, despesas públicas e processos de arrecadação. Durante uma reunião de planejamento, discutiu-se a necessidade da atuação do engenheiro de dados. A respeito desse profissional, é tecnicamente correto afirmar que
- (A) é responsável pela definição das estratégias de auditoria, elaboração dos achados, emissão de pareceres técnicos e validação das conclusões produzidas durante os trabalhos de fiscalização.
  - (B) atua na administração financeira dos projetos de tecnologia, sendo responsável pela gestão orçamentária das iniciativas relacionadas à infraestrutura de dados da organização.
  - (C) possui como atividade a elaboração de interfaces gráficas, painéis de visualização e elementos de experiência do usuário destinados à apresentação dos indicadores produzidos pelos sistemas analíticos.
  - (D) é responsável por projetar, implementar e manter *pipelines* de dados, processos de integração, mecanismos de armazenamento e disponibilização de informações.
  - (E) possui como atribuição a elaboração de modelos estatísticos preditivos e a construção de algoritmos de aprendizado de máquina destinados à identificação automática de padrões nos dados corporativos.



69. Auditores de uma Secretaria da Fazenda receberam a incumbência de analisar milhões de registros de notas fiscais eletrônicas, declarações tributárias e movimentações econômicas de contribuintes. O objetivo era identificar grupos de contribuintes com comportamentos semelhantes, verificar a evolução da arrecadação ao longo dos últimos anos e estimar possíveis cenários futuros para subsidiar ações de fiscalização e planejamento institucional. Nesse contexto, a afirmação tecnicamente correta é que
- (A) tendências correspondem à identificação de grupos com comportamento semelhante, enquanto agrupamentos são modelos destinados a estimar valores futuros com base em séries históricas.
  - (B) projeções e tendências são produzidas por regras determinísticas, descartando o uso de métodos estatísticos ou modelos analíticos para a realização da demanda apresentada.
  - (C) a identificação de grupos de contribuintes com características semelhantes pode ser realizada por técnicas de agrupamento, enquanto tendências e projeções podem ser analisadas por métodos estatísticos e modelos aplicados a séries históricas.
  - (D) a identificação de grupos de contribuintes exige necessariamente algoritmos de classificação supervisionada, enquanto tendências são obtidas pela comparação de registros previamente rotulados.
  - (E) agrupamentos são técnicas usadas para prever valores futuros de uma variável temporal, enquanto projeções correspondem à segmentação dos contribuintes em grupos homogêneos.

70. É correto afirmar que *Big Data*

- (A) corresponde a uma metodologia de modelagem dimensional baseada em fatos e dimensões, enquanto o *Data Warehouse* representa um conjunto de algoritmos distribuídos utilizados para processamento paralelo de dados em larga escala.
- (B) e *Data Warehouse* são conceitos equivalentes relacionados à administração de bancos de dados relacionais, diferenciando-se pela capacidade de armazenamento disponibilizada pela infraestrutura computacional utilizada.
- (C) e *Data Warehouse* possuem a mesma finalidade arquitetural, sendo ambos destinados ao armazenamento de dados estruturados organizados em modelos dimensionais voltados à análise gerencial.
- (D) corresponde às tecnologias e abordagens voltadas ao processamento e armazenamento de grandes volumes de dados, enquanto o *Data Warehouse* consiste em um repositório destinado à consolidação de dados para a tomada de decisão.
- (E) caracteriza ambientes destinados ao processamento transacional de aplicações corporativas, enquanto o *Data Warehouse* é utilizado para armazenamento de dados operacionais antes de sua transferência para os sistemas de produção.

### Finanças Públicas

71. As falhas de mercado representam situações em que o sistema de preços, por si só, não consegue alocar recursos de forma eficiente, justificando a intervenção estatal. Nesse contexto, sobre bens públicos e externalidades, sabe-se que
- (A) o fenômeno do “carona” (*free rider*) é uma consequência da rivalidade dos bens públicos, o que incentiva os consumidores a pagarem voluntariamente pelo provimento desses serviços ao Estado.
  - (B) a intervenção do governo para corrigir externalidades positivas deve ocorrer exclusivamente por meio de multas e taxas, visando desencorajar agentes privados de produzirem benefícios para a vizinhança.
  - (C) os bens públicos puros são caracterizados pela rivalidade no consumo, o que significa que o uso do bem por um indivíduo reduz a disponibilidade ou impede simultaneamente o consumo por outro agente.
  - (D) externalidades negativas ocorrem quando uma transação de mercado impõe custos a terceiros sem a devida compensação financeira, resultando em uma quantidade de equilíbrio de mercado superior à socialmente ótima.
  - (E) os bens meritórios, como saúde e educação, são tecnicamente classificados como bens públicos puros, visto que é impossível excluir indivíduos de seu consumo, mesmo quando providos pela iniciativa privada.

72. A atividade financeira do Estado pode ser desmembrada em:

- I. Despender (despesa pública);
- II. Gerir (orçamento público);
- III. Auditar (política fiscal);
- IV. Criar (crédito público/endividamento);
- V. Obter (receita pública).

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, II, III e V.
- (C) II, III, IV e V.
- (D) I e V.
- (E) I, II, IV e V.

73. Sabe-se que o chamado “modelo de Estado Mínimo” predominou até o século XIX. Com o surgimento do *Welfare State*, o “modelo de Estado de bem-estar social”, houve uma mudança de paradigma. Sobre essa evolução, tem-se que

- (A) a Teoria da Convergência afirma que o Estado deve reduzir suas funções sociais à medida que a indústria cresce.
- (B) o Consenso de Washington, na década de 1980, reforçou as bases do Estado de Bem-Estar Social, sobretudo nos EUA e seus satélites geopolíticos.
- (C) o Estado Mínimo defendia a intervenção total na produção de bens privados.
- (D) o *Welfare State* surgiu para assegurar padrões mínimos de vida e reduzir conflitos de classe através da seguridade social.
- (E) a Inglaterra, na virada do XIX para o XX, sob a figura de John Maynard Keynes, foi a principal condutora do processo de criação do Estado de bem-estar social.



74. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) difere da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) principalmente porque a
- (A) DBGG é calculada pelo Ministério da Fazenda e a DLSP pelo Banco Central.
  - (B) DLSP é sempre maior que a DBGG devido ao acréscimo dos juros e demais ativos financeiros.
  - (C) DLSP inclui apenas a dívida externa e a DBGG é um agregado das dívidas externa e interna.
  - (D) DBGG deduz os ativos financeiros do governo, como, por exemplo, as reservas internacionais.
  - (E) DLSP consolida passivos e ativos financeiros, enquanto a DBGG foca nas obrigações totais.
75. Considere os seguintes dados hipotéticos de um governo em determinado ano:
- Receita Tributária Total: R\$ 500 bilhões
  - Despesas com Pessoal e Custeio: R\$ 350 bilhões
  - Investimentos Públicos: R\$ 80 bilhões
  - Juros Nominais da Dívida: R\$ 120 bilhões
  - Receitas de Privatizações (Ajuste Patrimonial): R\$ 10 bilhões.
- Do cálculo do Resultado Primário (use sinal negativo para déficit), em bilhões de Reais (R\$), tem-se:
- (A) -50
  - (B) 80
  - (C) 60
  - (D) 150
  - (E) 70
76. A função governamental que visa ajustar a destinação de recursos para oferecer bens que o mercado não provê adequadamente é a Função
- (A) Alocativa.
  - (B) Federativa.
  - (C) Distributiva.
  - (D) de Estabilização.
  - (E) Reguladora Monetária.
77. A “Lei dos dispêndios públicos crescentes”, também conhecida como “Lei de Wagner”, define que
- (A) a inflação é a causa primária do aumento real das despesas de capital, sobretudo, em economias ainda não maduras.
  - (B) o desenvolvimento das sociedades industriais gera pressões permanentes para o aumento do gasto público.
  - (C) o gasto público tende a diminuir com o crescimento da renda *per capita* por causa da redução da necessidade do Estado, conforme avança o desenvolvimento.
  - (D) guerras são o único motivo para a expansão do setor público no longo prazo.
  - (E) o setor privado torna-se mais eficiente que o público em sociedades complexas.
78. As taxas diferem dos impostos principalmente porque:
- (A) Taxas constituem contraprestação por um serviço público específico, enquanto impostos não possuem contraprestação direta.
  - (B) Somente o Governo Federal pode cobrar taxas.
  - (C) Impostos são facultativos e taxas são compulsórias.
  - (D) Taxas são cobradas com uma contraprestação direta, enquanto impostos financiam serviços específicos.
  - (E) Impostos são vinculados a uma atuação estatal específica, enquanto taxas são de livre destino, sem contraprestação direta.
79. O conceito de Déficit Primário nas contas públicas refere-se
- (A) à variação da base monetária dividida pelo PIB real.
  - (B) à diferença entre receitas e despesas não financeiras (exclui o pagamento de juros).
  - (C) ao total de despesas nominais, incluindo juros da dívida.
  - (D) ao montante de impostos arrecadados pelas três esferas governamentais, excluídos os resultados da Previdência e estatais.
  - (E) ao saldo negativo das empresas estatais de caráter comercial da esfera federal.
80. Uma particularidade do Estado em relação aos agentes privados, no tocante ao seu financiamento, é que
- (A) o financiamento externo é livre de riscos cambiais para um ente privado.
  - (B) o déficit público não precisa ser financiado, pois o orçamento é sempre equilibrado por controle legal.
  - (C) o Governo Federal pode emitir títulos públicos ou expandir a base monetária para seu financiamento.
  - (D) o Estado só pode se financiar através de operações de crédito internacionais.
  - (E) os agentes privados podem emitir moeda de curso forçado para quitar dívidas bancárias.